

MARCUSE E A PSICANÁLISE:
MAIS-REPRESSÃO E PRINCÍPIO DE DESEMPENHO

Maria Érbia Cássia Carnáuba¹

¹ Universidade Estadual Paulista - UNESP.

RESUMO

O objetivo deste projeto é estudar a apropriação da teoria freudiana por Herbert Marcuse, tendo como ponto de partida sua análise dos conceitos de *mais-repressão* e *princípio de desempenho* em *Eros e Civilização: Uma interpretação Filosófica do Pensamento de Freud*. Marcuse teria derivado estes conceitos daqueles freudianos de *Repressão* e *Princípio de Realidade* respectivamente, por não corresponderem mais ao atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista. Com sua reformulação conceitual, ele resgata a teoria freudiana para argumentar que é possível uma sociedade menos repressiva. Tal perspectiva é problemática, posto que Freud, embora aponte algumas formas de superação da sociedade repressiva, tende a um diagnóstico de aumento da repressão, a ponto de afirmar a possibilidade de autodestruição da civilização. Pretendemos discutir essa metamorfose crítico- conceitual de Marcuse e suas conseqüências.

Palavras-chave: mais repressão, princípio de desempenho, principio de realidade, Freud, Marcuse

ABSTRACT

The objective of this article is to show the appropriation of the Freudian theory of Herbert Marcuse, with the starting point for his analysis of the concepts of surplus-repression and performance principle in *Eros and Civilization : A Philosophical Inquiry into Freud*.

Marcuse would have derived these Freudian concepts of repression and the Reality Principle respectively, because they do not correspond to the most current stage of development of capitalist society. With its conceptual reformulation, he rescues the Freudian theory to argue that it is possible a less repressive society. This approach is problematic, since Freud, but point to some ways of overcoming repressive society, tends to a diagnosis of increasing repression as to affirm the possibility of self-destruction of civilization. We want to discuss this critical and conceptual metamorphosis of Marcuse and its consequences.

Key words: surplus repression, performance principle, reality principle, Freud, Marcuse

Marcuse utiliza a Segunda Tópica (textos escritos após 1920) como referência em *Eros e Civilização* e, por conta disso, faremos também esta leitura, a fim de seguir nosso objetivo principal de compreender a recepção da teoria psicanalítica por Marcuse. Em primeiro lugar, precisamos circunscrever a repressão no seu sentido ontológico, ou seja, através do aparelho psíquico e, em seguida, veremos no sentido filogenético (na sociedade), de modo a prosseguir na análise dos conceitos de repressão e princípio de realidade. E, por fim, procuraremos elucidar a crítica de Marcuse ao Freud com a introdução dos conceitos de mais-repressão e princípio de desempenho. A questão que acaba por se colocar aqui é: como Marcuse parte da análise de Freud e chega a uma conclusão oposta sobre o futuro da humanidade? Freud afirma que o desenvolvimento da sociedade baseado no aumento da repressão tende a levar a humanidade à autodestruição (FREUD, S. 1974a, p.194). Procuraremos mostrar que, a interpretação de Marcuse da teoria freudiana está baseada em na crítica a uma teoria tradicional. A psicanálise é tradicional na medida em que seus conceitos são estáticos, ou seja, não sofrem as influências do tempo como elucidaremos neste trabalho.

A superação desta realidade repressiva é possível, segundo Marcuse, se considerarmos a situação histórica presente e, ao fazer isso, ele segue uma das principais características da teoria crítica (segundo Horkheimer), que é fazer sempre um diagnóstico do tempo.

A relação essencial da teoria com o tempo não se baseia na correspondência de partes isoladas da construção teórica com o período histórico – um ensinamento em que coincidem *Fenomenologia do Espírito* e *Lógica* de Hegel com o *Capital* de Marx, como testemunhos de um mesmo método, mas na transformação permanente do juízo existencial teórico sobre a sociedade, uma transformação que está condicionada pela sua conexão consciente com a práxis histórica (HORKHEIMER, M. 1980, p.148).

De acordo com Horkheimer, a teoria deve ter uma relação com o desenvolvimento histórico, tal como ensina Hegel e Marx. Defenderemos aqui a hipótese de que a teoria freudiana é mesmo uma teoria tradicional e que as críticas de Marcuse dirigem-se no sentido de mostrar o caráter estático e não histórico de suas afirmações. Tomaremos a definição de teoria tradicional de Horkheimer para entender melhor também o que é o diagnóstico do tempo.

O que a teoria tradicional admite como existente, sem engajar-se de alguma forma: o seu papel positivo numa sociedade que funciona, a relação mediatizada e intransparente com a satisfação das necessidades gerais, a participação no progresso renovador da vida da totalidade, inclusive as exigências com as quais a própria ciência não costuma se preocupar, porque seu preenchimento é identificado com a compensação e a confirmação através da posição do cientista, são questionados pelo pensamento crítico (Ibidem, p.137).

A teoria tradicional distingue-se da teoria crítica pelos questionamentos da última. Enquanto a teoria tradicional se impõe a fim de satisfazer as necessidades gerais da sociedade, o pensamento crítico indaga-se sobre essa imposição e sobre o existente, não como algo exterior, mas como o mundo no qual ele está inserido. Já a teoria tradicional, por conseqüência da conjunção feita entre as ciências naturais e as ciências humanas, tem o estabelecimento de uma relação de exterioridade entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido; ou seja: a realidade social se torna um mecanismo, uma engrenagem, independente do ser humano, cujas leis podem ser descritas, mas não podem ser alteradas. Embora a aparência do mundo imediatamente percebido seja a de um fatalismo inevitável, o que o autor busca mostrar é que existe a possibilidade tanto teórica quanto prática de superação desta faticidade. Como vimos, a teoria tradicional opera a partir de dualismos insolúveis: sujeito e objeto, teoria e prática, ser e pensar, ciência e valor, necessidade e liberdade, indivíduo e sociedade, entre muitos outros. Do ponto de vista tradicional de teoria, esta dualidade é naturalizada. Mas a tarefa que distingue a teoria crítica da tradicional é exatamente a busca da dissolução ou a resolução destas antinomias. Essas só podem ser analisadas diante da consideração de que a realidade social não é estática, mas histórica. “Ninguém pode colocar-se como sujeito, a não ser como sujeito histórico” (Ibidem, p.152). As transformações históricas modificam a distinção entre teoria tradicional e teoria crítica. É por isso que, para

Horkheimer, a teoria perde o sentido se não for pensada a partir o diagnóstico do tempo presente, ou seja, é somente a partir da consideração de que as experiências se dão sempre dentro de um contexto histórico, que podemos detectar as diferenças fundamentais entre teoria tradicional e teoria crítica. Dada a nossa hipótese inicial, faremos uma primeira exposição da teoria freudiana, concentrando-nos em dois conceitos que depois são modificados por Marcuse: repressão e princípio de realidade, de modo a verificar de que maneira são estáticos.

Freud estava insatisfeito com o “modelo topográfico”, porquanto esse não conseguia explicar muitos fenômenos psíquicos, em especial àqueles que emergiam na prática clínica, assim ele gradativamente elaborava uma nova concepção, até que, em 1920, mais precisamente a partir do importante trabalho metapsicológico *Além do princípio do prazer*, ele estabeleceu, de forma definitiva, a sua clássica concepção do aparelho psíquico, conhecido como modelo estrutural que ficou cristalizada em *O ego e o id (Das Ich und das Es)* de 1923 e consiste em uma divisão tripartite da mente em três instâncias: o id, o ego e o superego. Neste primeiro momento, faremos uma exposição da ontogênese, isto é, do processo de repressão na instância mental do indivíduo.

Na obra citada, a primeira divisão importante na mente é entre consciente e inconsciente. O estado de consciência é mais transitório “... uma idéia que é inconsciente agora, não o é mais um momento depois, embora assim possa se tornar novamente, em certas condições que são facilmente ocasionadas. No intervalo, a idéia foi...” (FREUD, S. *O Ego e o Id*, 1996b, p.26). Além do estado consciente, temos um estado de repressão:

O estado em que as idéias existiam antes de se tornarem conscientes é chamado por nós de *repressão*, e asseveramos que a força que instituiu a repressão e a mantém é percebida como resistência durante o trabalho de análise (Ibidem, p. 27).

O conceito de inconsciente é obtido a partir da teoria da repressão, pois o reprimido é o protótipo do inconsciente (Ibidem, p.27). Mas há ainda dois tipos de inconscientes: “um que é latente, mas capaz de tornar-se consciente e outro que é reprimido e não é, em si próprio e sem mais trabalho, capaz de tornar-se consciente (Ibidem, p.27).

Freud atribui o nome de pré-consciente ao latente descrito e podemos entender a última definição como “dinâmica” de inconsciente. Aquilo que é consciente está mais próximo do consciente do que o inconsciente. Após a breve explicação do que é consciente, repressão, inconsciente e pré-consciente, passemos para a descrição das três instâncias mentais do aparelho psíquico: ego, id e superego.

O ego é a parte da mente que organiza os conteúdos mentais:

Formamos a idéia de que em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos isso de ego. É a esse ego que a consciência se acha ligada: o ego controla as abordagens a motilidade – isto é, à descarga de excitação para o mundo externo. (Ibidem, p. 29)

O ego é a instância mental que supervisiona todos os seus próprios processos constituintes e que vai dormir a noite, embora ainda exerça censura aos sonhos. É do ego que procedem as repressões, por isso, Freud conclui que parte do ego é inconsciente e desde então, postula “tudo o que é reprimido é inconsciente, mas nem tudo que é inconsciente é reprimido.” (Ibidem, p.31). A dualidade do ego e a dificuldade de delimitar as fronteiras entre consciente e inconsciente, é que levam Freud a pensar a topografia mental.

A partir de então, tornou-se impossível afirmar a existência de uma identidade entre o ego e o consciente, de um lado, e o reprimido e o inconsciente, de outro. Assim, foi preciso revisar por completo a concepção das relações consciente-inconsciente expressa pela primeira tópica.

Por isso houve a introdução do termo id para designar o inconsciente, considerado um reservatório pulsional (sobre o conceito de pulsões ver: FREUD, S. 1996, p.47) desorganizado, assimilado a um verdadeiro caos, sede de “paixões indomadas” que, sem a intervenção do eu, seria um brinquedo de suas aspirações pulsionais e caminharia inelutavelmente para sua perdição. Ao mesmo tempo, o ego perdeu sua autonomia pulsional, tornando-se o id a sede da pulsão de vida e da pulsão de morte. Essas são as principais pulsões do homem, a primeira consiste no “impulso de conservar a vida e reuni-la em unidades cada vez maiores” e a segunda trata-se de um impulso à volta do estado inanimado, o alívio das tensões e, manifesta-se também como agressão (Ibidem, 173). Para compreender melhor o conceito de pulsão, vejamos a definição de pulsão de Freud:

Parece então que, uma pulsão é um impulso inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas, impulso que a entidade foi obrigada a abandonar sob pressão de forças perturbadoras externas, ou seja, é uma elasticidade orgânica, ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica (Ibidem, p.47).

As pulsões podem ser modificadas, mas Freud negaria provavelmente a possibilidade de uma libertação da sociedade, uma vez que para ele, a escassez e a dominação sempre existirão. No entanto, com o objetivo de demonstrar que o próprio Freud fornece instrumentos que possibilitam a fundamentação de uma sociedade menos repressiva.

A origem das pulsões destrutivas se dá desde o primeiro impulso à vida orgânica. A tendência dos organismos vivos era sempre retornar ao seu estado inorgânico.

A tensão que então surgiu no que até aí fora uma substância inanimada se esforçou por neutralizar-se e, dessa maneira, surgiu o primeiro instinto: o instinto de retornar ao estado inanimado. Naquela época, era ainda coisa fácil a uma substância viva morrer; o curso de sua vida era provavelmente breve e determinando-se sua direção pela estrutura química da jovem vida(Ibidem, p.49).

Na medida em que os seres se tornavam mais complexos, o caminho de volta à matéria inorgânica tornou-se mais complexo. Assim, por um longo tempo, a substância viva esteve sendo criada insistentemente e morrendo, até que as influências externas se alteraram a ponto de “forçar a sustância ainda sobrevivente a divergir mais amplamente de seu original curso de vida e a efetuar *détours* mais complicados antes de atingir o seu objetivo de morte”(Ibidem, p.49). O impulso para a morte tem sua origem numa necessidade de aliviar as tensões, a pressão que a natureza provoca nos seres. Contudo, na sociedade avançada, os impulsos de vida são reprimidos e os de morte se transformam em agressão e moralidade socialmente úteis. Como os derivativos da pulsão de morte agem em fusão com as pulsões de vida, o destino da energia das pulsões de morte permanece dependendo da libido, portanto, se houver uma transformação qualitativa na sexualidade, as manifestações da pulsão de morte tenderão igualmente à transformação.

O instinto de morte opera segundo o princípio de Nirvana: tende para aquele estado de “gratificação constante” em que não se sente tensão alguma – um

estado sem carências. Essa tendência do instinto implica que as suas manifestações destrutivas seriam reduzidas ao mínimo, à medida que se aproximassem de tal estado (Ibidem, p.202).

Vemos que a busca constante do homem é a gratificação, um estado com menos carência possível e quanto mais próximo deste estado, menos manifestações destrutivas o homem apresenta. Assim, a pulsão de morte não age simplesmente em oposição à pulsão de vida, mas também como aliado. Freud nunca trata desses dois conceitos de maneira separada, um está sempre relacionado ao outro. Por isso, para finalizar essa breve exposição das pulsões, vejamos como ele define a pulsão de vida e morte:

Partindo de especulações sobre o começo da vida e de paralelos biológicos, conclui-se que, ao lado do instinto para preservar a substância viva e para reuni-la em unidades cada vez maiores, deveria haver outro instinto, contrário àquele, buscando dissolver essas unidades e conduzi-las de volta a seu estado primevo e inorgânico. Isso equivaleria dizer que, assim como Eros, existia também um instinto de morte (FREUD, *Além do Princípio de Prazer*, 2006, p.77).

A pulsão de vida é definida como o impulso a preservar a vida que surge em junção com a pulsão de morte, que é o impulso ao estado inorgânico. Esses impulsos permanecem para sempre com essas funções ao longo da vida e da história do homem.

A pulsão de morte é um conceito de pouca aceitação na época de Freud e até os dias de hoje, haja visto as correntes de leituras revisionistas da psicanálise. Ainda nos resta aqui elucidar o conceito de id e de superego. Influenciado por Georg Groddeck em 1923, Freud desenvolve o conceito de id (isso) a partir da extensão do ego.

É fácil ver que o ego é aquela parte do ego que foi modificada pela influência direta do mundo externo, por intermédio do pré-consciente; em certo sentido, é uma extensão da diferenciação de superfície. Além disso, o ego procura aplicar a influencia do mundo externo ao id e às tendências deste, e esforça-se por substituir o princípio de prazer, que reina irestritamente no id, pelo princípio de realidade (¹ FREUD, S. 1996, p.39).

Freud descreveu o ego como uma parte do id, que por influência do mundo exterior, ter-se-ia diferenciado. No id reina o princípio de prazer. Ora, o ser humano é um animal social e, se quiser viver com seus congêneres, não pode se instalar nessa

espécie de nirvana, que é o princípio de prazer, ponto de menor tensão, assim como lhe é impossível deixar que as pulsões se expressem em estado puro.

O primeiro dos gêneros de inibição do princípio de prazer nos é familiar e até ocorre com regularidade. Sabemos que o princípio de prazer corresponde a um modo de funcionamento primitivo do aparelho psíquico que denominamos *primário*. É preciso também lembrar que, ante as dificuldades do mundo exterior, o princípio de prazer desde o início revela-se ineficiente e um perigo para a necessidade de o organismo impor-se ao meio ambiente. Assim, ao longo do desenvolvimento, as pulsões de autoconservação do Eu acabam por conseguir que o princípio de prazer seja substituído pelo princípio de realidade. Entretanto, o princípio de realidade não abandona o propósito de obtenção final do prazer, mas exige e consegue impor ao prazer um longo desvio que implica a postergação de uma satisfação imediata, bem como a renúncia às diversas possibilidades de consegui-la, e a tolerância provisória ao desprazer (FREUD, S. 2006, p.137).

É aqui que ocorre o processo de repressão filogenética, ou seja, o processo em que a civilização teve que renunciar aos seus impulsos primários para sua autoconservação. O princípio de realidade é definido como um desvio do princípio de prazer e com a chegada dele, os homens são obrigados a tolerar o desprazer em nome de sua própria segurança. O mundo exterior impõe à criança pequenas proibições que provocam a repressão e a transformação das pulsões, na busca de uma satisfação substitutiva que irá provocar no eu, por sua vez, um sentimento de desprazer. O princípio de realidade substitui o princípio de prazer. O eu se apresenta como uma espécie de tampão entre os conflitos e clivagens do aparelho psíquico, ao mesmo tempo em que tenta desempenhar o papel de uma espécie de pára-excitação, em face das agressões do mundo exterior.

Há no ego também uma gradação que se chama “ideal de ego” ou “superego”. “O fato de que esta parte do ego está menos firmemente vinculada à consciência exige uma explicação” (FREUD, S., 1923, p.42). O superego se volta contra as escolhas do id e serve de exemplo para o ego, tem um caráter de censura, tendo também a missão de reprimir o complexo de Édipo, que originou o superego” (Ibidem, p.49). É uma das instâncias da personalidade tal como Freud a descreveu no quadro da sua segunda teoria do aparelho psíquico: o seu papel é assimilável ao de um juiz ou de um censor relativamente ao ego. Freud vê na consciência moral, na auto-observação, na formação de ideais, funções do

superego. O superego é definido como herdeiro do complexo de Édipo; constitui-se por interiorização das exigências e das interdições parentais. A desobediência do ego às ordens do superego causa um sentimento de culpa.

O superego retém o caráter do pai, enquanto que, quanto mais poderoso o complexo de Édipo é e mais rapidamente sucumbir à repressão (sob a influência da autoridade, do ensino religioso, da educação escolar e da leitura), mais severa será posteriormente a dominação do superego sobre o ego, sob a forma de consciência ou, talvez de um sentimento inconsciente de culpa (Ibidem, p.49).

Marcuse e a crítica ao Freud: mais-repressão e princípio de desempenho

Em *Eros e Civilização* Marcuse caracteriza a dominação na sociedade de consumo como um processo de apropriação da própria base instintiva dos homens, procurando apontar alternativas históricas para fundamentar a possibilidade de uma mudança qualitativa nas relações humanas. Assim, descreve a dialética da civilização partindo da análise da afirmação de Freud de que “... o preço que pagamos por nosso avanço em termos de civilização é uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa” (FREUD, S. 1974, p.185). A crítica freudiana, ao pressupor a correlação entre progresso e sentimento de culpa, aponta diretamente para a infelicidade como condição estrutural da vida em civilização. Para prosseguir na análise do progresso e repressão², é necessário tornar clara a definição de civilização de Freud:

A civilização humana, expressão pela qual quero significar tudo aquilo que a vida humana se elevou em cima de sua condição animal e difere da vida dos animais – e desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização – apresenta, como sabemos dois aspectos ao observador. Por um lado, inclui todo conhecimento e capacidade que o homem adquiriu com o fim de controlar as forças da natureza e extrair riqueza desta para a satisfação das necessidades humanas; por outro lado, inclui todos os regulamentos necessários para ajustar e as relações dos homens uns com os outros e, especialmente, a distribuição da riqueza disponível. (Freud, S., 1923, p.42).

² “Repressão’ e ‘repressivo’ são empregados na acepção não técnica para designar os processos conscientes e inconscientes, externos e internos, de restrição, coerção e supressão”. (MARCUSE, H. 1968, p.30)

Como vimos na primeira parte, Freud denomina de princípio de prazer como um estado em que os homens agiam exclusivamente em função de suas necessidades vitais e sem nenhum tipo de regras, assim, era considerado um animal irracional que apenas obedece suas pulsões. Sob domínio deste princípio, o homem age unicamente em função do prazer imediato e sem qualquer tipo de restrição. Neste estágio, em termos freudianos, este homem possui apenas uma instância mental: o id e todas as necessidades são satisfeitas a base da força. A civilização surge frente à escassez de alimentos, a partir de então se cria a linguagem e a razão. O princípio de prazer precisa passar por um processo de repressão por conta da preocupação com a sobrevivência do todo. Com a transformação do id, o princípio de prazer torna-se princípio de realidade. O homem passa a abrir mão do prazer momentâneo destrutivo em nome de um prazer adiado, restringido, mas garantido. A função da razão é desenvolvida e o homem aprende a examinar a realidade, adquirindo memória, discernimento e atenção. Agora tendo que se ajustar à realidade reprime-se a fim de garantir sua autopreservação. O ego reprime todos os impulsos que sejam incompatíveis com a realidade, mas ainda tem a memória da gratificação que impulsiona uma tentativa de recuperá-la. Porém essa possibilidade é logo descartada, uma vez que o ego percebe que a realidade é inimiga.

Deste modo se dá a repressão filogenética: os indivíduos devem abrir mão de seus desejos em nome da segurança de todos. Este ato de renúncia não se caracteriza somente como repressão, mas também como sublimação em que o desejo pode ter outro fim, ser satisfeito de outra maneira:

A sublimação do instinto constitui um aspecto particularmente evidente do desenvolvimento cultural; é ela que torna possível as atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas, ideológicas, o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada (FREUD, S. 1974, p.157).

E a vida em sociedade cria ainda uma terceira instância mental de repressão: o superego que se caracteriza pela repressão interna no indivíduo. A civilização, para Freud, tem um duplo significado: se, por um lado, a razão possibilitou ao homem o domínio da natureza a fim de que ele possa acabar com a escassez e criar uma igualdade, por outro, a mesma razão é a que ajusta as relações entre eles e permite o domínio do homem pelo homem.

O mesmo processo de dominação do homem sobre a natureza e do homem pelo homem é analisado por Marcuse, considerando-se também os princípios que governam os “valores instintivos”, ou seja, como se dá a repressão ontogenética:

O homem animal converte-se em ser humano somente através de uma transformação fundamental da sua natureza, afetando não só os anseios instintivos, mas também os ‘valores’ instintivos – isto é, (os princípios que governam a consecução dos anseios) (MARCUSE, H. 1968, P. 34).

Enquanto os anseios instintivos são reprimidos pelo ego, o superego se encarrega de vigiar os valores instintivos. Cabe ressaltar que o termo instinto³ é problemático em Marcuse, visto que ele propositalmente o trata com o mesmo significado de pulsão, tal como afirma em seu prefácio:

São necessárias algumas explicações preliminares de termos: ‘civilização’ é usada permutavelmente como ‘cultura’ – tal como Freud usa em *A Civilização e Seus Descontentes*, de Freud. ‘Repressão’ e ‘repressivo’ são empregados na acepção não-técnica para designar os processos conscientes e inconscientes, externos e internos, de restrição, coerção e supressão. ‘Instinto’, de acordo com a noção freudiana de *trieb*, refere-se aos ‘impulsos’ primários do organismo humano que estão sujeitos a modificação histórica, encontram a repressão tanto somática como mental (MARCUSE, H. 1968, p.30).

É com o nascimento da civilização ou cultura que o homem eleva-se da sua condição de animal e passa a ser racional. Quanto mais a repressão se perpetua, mais a civilização avança e progride, de modo que, parece que a civilização seguirá para sempre essa única dinâmica que envolve somente exploradores e explorados. Ao perceber essa dinâmica, Freud ao mesmo tempo concebeu como imutável a oposição entre indivíduo e sociedade. Partindo desse caráter irreconciliável, Freud nega e defende ao mesmo tempo a civilização: negaria por alegar a impossibilidade de superar o estado de carência frente à natureza e a defenderia em virtude de ser a civilização a responsável por produzir os bens culturais, uma vez que ao homem é impossível viver sob a

³ Segundo Laplanche e Pontalis no livro *Vocabulário de Psicanálise*, Freud utiliza o termo “instinct” para se referir a um comportamento animal fixado por hereditariedade. Mas Marcuse utiliza instinto com o mesmo significado de pulsão de Freud, qual seja, um impulso constituído por uma “fonte”, por uma “meta” e um objetivo não obtido. Neste texto, quando nos referirmos a Freud, utilizaremos o termo pulsão e quando nos referirmos ao texto de Marcuse, nos manteremos fiéis à obra, usando o termo instinto, mas com o significado de pulsões.

hegemonia do princípio de prazer. Como são as pulsões sublimadas que dão a origem à cultura, Freud considera eterna e irredutível a luta pela existência, assim como seria eterno e irredutível o conflito entre princípio de prazer e princípio de realidade.

O caráter não-histórico dos conceitos freudianos contém, pois, o seu oposto: sua substância histórica deve ser retomada, não somando-se-lhe alguns fatores sociológicos (como fazem as escolas 'culturais' neofreudianas), mas revelando o seu próprio conteúdo. Neste sentido, o nosso exame subsequente constitui uma extrapolação que deriva das noções e proposições da teoria de Freud, nestas implícitas tão-só numa forma coisificada, em que os processos históricos se apresentam como processos naturais (biológicos). (Ibidem, p.51)

Os conceitos freudianos não correspondem ao contexto histórico contemporâneo e é precisamente por este motivo que reformula os conceitos de repressão e princípio de realidade de Freud. Afinal, conceitos históricos não podem ser tratados como biológicos, pois eles mudam com o tempo. Enquanto para Freud é inevitável o processo de repressão, para Marcuse, a teoria freudiana descreve as condições de fundação e reprodução da civilização, entretanto a hierarquia e a exploração do trabalho, a maneira de divisão de recursos e a repressão mediante a imposição dessas condições em que vivemos na contemporaneidade representam um excesso de repressão em relação ao que seria necessário para a existência da civilização.

A repressão é um fenômeno histórico. A subjugação efetiva dos instintos mediante controles repressivos não é imposta pela natureza, mas pelo homem. O pai primordial, como arquétipo da dominação inicia a reação em cadeia de escravização, rebelião e dominação reforçada que caracteriza a história da civilização. Mas desde a primeira pré-histórica restauração da dominação, após a primeira rebelião contra esta, a repressão externa foi sempre apoiada pela repressão interna: o indivíduo escravizado introjeta seus senhores e suas instituições. É essa a dinâmica mental que Freud desvenda como dinâmica da civilização. (Ibidem, p. 32)

A dinâmica mental é diferente da dinâmica da civilização, pois os indivíduos não precisam para sempre introjetar seus senhores e suas instituições. É, neste sentido que há um excesso e repressão no indivíduo e na sociedade. Esse excesso de repressão, que se manifesta como uma ampliação daquelas restrições efetivamente necessárias para

manter os interesses da dominação social, é denominado por Marcuse como “*Mais-Repressão*: as restrições requeridas pela dominação social. Distingue-se da repressão (básica): as ‘modificações’ dos instintos necessários à perpetuação da raça humana em civilização” (Ibidem, p.51).

O princípio de realidade surge com base na luta pela existência num mundo demasiado pobre, até então, para satisfazer qualquer necessidade é necessário trabalho penoso que ocupa praticamente todo o tempo da vida do indivíduo, o que configura um argumento para a repressão descrita por Freud. Contudo, a carência na sociedade vista por Marcuse já não é mais produto da realidade, mas de uma *organização*.

...a distribuição de escassez, assim como o esforço para superá-la, o modo de trabalho, foram impostos aos indivíduos – primeiro por mera violência, subseqüentemente por uma utilização mais racional do poder. (Ibidem, p.52)

A racionalidade da dominação que ainda preserva a carência, a escassez e a coação que Marcuse chama de mais-repressão. Dessa forma, Marcuse enfatiza o elemento crítico e que teria faltado a Freud, ou seja, a consideração acerca da distinção entre as exigências do princípio de realidade e as exigências que alguma forma específica de dominação nos impõe em nome de uma *determinada* realidade. “Os vários modos de dominação (do homem e da natureza) resultam em várias formas históricas do princípio de realidade” (Ibidem, p.52).

A repressão pode variar de acordo com a relação que cada princípio de realidade possui com o trabalho. Um exemplo desta relação é encontrado em *Eros e Civilização*(Ibidem, p.52), quando Marcuse afirma que uma sociedade que trabalha para o consumo próprio é diferente daquela que pretende gerar lucro. Esta e outras diferenças são apontadas por Marcuse como fundamentais para a caracterização de um princípio de realidade que pode ser também modificado de acordo com as relações sociais, leis e as instituições. Ao se voltar para a realidade específica atual, vemos que já ultrapassamos aquele princípio de realidade descrito por Freud e vivemos sob os interesses da dominação que introduz controles adicionais (mais-repressão), além dos indispensáveis à formação da sociedade. Deste modo, há a proposta de outra denominação para o princípio de realidade freudiano, mais apropriada para dar conta do processo repressivo

que submete os homens na sociedade industrial avançada, ou seja, não vivemos mais aquele princípio de realidade denominado em Freud. Agora estamos sob um outro tipo de domínio e de repressão. Portanto, mais do que princípio de realidade seria adequado falar em princípio de desempenho, ou seja, a modalidade de repressão sobre as pulsões que ajusta os homens ao aparato técnico, político e econômico de dominação. Através da hierarquia do trabalho na sociedade industrial efetiva-se a imposição de todos os requisitos adicionais de repressão institucional requeridos por esse aparato.

Ao introduzirmos o termo *mais-repressão* focalizamos o nosso exame nas instituições e relações que constituem o ‘corpo’ social do princípio de realidade. Elas não representam apenas as várias manifestações externas de um só princípio de realidade, mas, realmente, mudam o próprio princípio de realidade. Por conseqüência, ao tentarmos elucidar a extensão e os limites do teor de repressão prevalecente na civilização contemporânea, teremos de descrevê-la de acordo com o princípio de realidade específico que governou as origens e a evolução dessa civilização. Designamo-lo por *princípio de desempenho* a fim de darmos destaque ao fato de que, sob o seu domínio, a sociedade é estratificada de acordo com os desempenhos econômicos concorrentes dos seus membros. (Ibidem, p.52)

Por meio desses novos conceitos, podemos pensar que houve outros princípios de realidade e que o princípio atual de desempenho poderá mudar, a partir do momento em que a sociedade mudar o seu “corpo” social, ou seja, quando ela não for mais estratificada de acordo com os desempenhos econômicos dos seus membros. A principal implicação da metamorfose conceitual proposta por Marcuse, ao empregar os conceitos de mais-repressão e princípio de desempenho, consiste na denúncia do anacronismo da dominação na sociedade da abundância. Nesta, tornam-se obsoletas as justificativas históricas da dominação. Sua tese central consiste na defesa de que, como vivemos em um período de exploração que poderá ser superado com o avanço tecnológico, as máquinas pouparão o tempo dos homens, de modo a liberar tempo livre para a realização das verdadeiras faculdades humanas. A escassez, ou seja, a condição de dependência humana frente ao poder da natureza, deixou de ser justificativa para a mais-repressão, uma vez que o grau de domínio dos homens sobre a natureza no mundo contemporâneo proporciona a possibilidade concreta de realização das necessidades humanas fundamentais. Se a miséria e a dominação material persistem, tal existência

anacrônica deixa de ser fruto dessa escassez e passa a ser uma conseqüência da má distribuição de recursos.

Ao gerar condições para o livre desenvolvimento das potencialidades humanas, o avanço técnico atua contra a repressão. Entretanto, em virtude da correlação anteriormente apontada entre progresso e culpa, esse vetor emancipatório é neutralizado mediante a hegemonia da mais-repressão e do princípio de desempenho. Essa conclusão é feita a partir de uma análise da dialética da civilização, constatando a correlação entre a história da culpa e a história da humanidade, que também pode ser descrita em termos de história do indivíduo e da civilização. A sociedade progride de acordo com o trabalho, que Freud considera penoso e desagradável. Assim como o indivíduo altamente reprimido e culpado tende à autodestruição, também ocorre o mesmo com a civilização, uma vez que tem como base o trabalho e a sublimação, que enfraquecem as pulsões de vida, deixando prevalecer as pulsões destrutivas.

Após a sublimação, o componente erótico não mais tem o poder de unir a totalidade da agressividade que com ele se achava combinada, e esta é liberada sob a forma de uma inclinação à agressão e a destruição. (FREUD, S. 1996, p.71)

Contra essa tendência, Marcuse levanta várias objeções. Além da diminuição do tempo de trabalho devido à mecanização, também podemos destacar o papel da arte. Embora seja pouco acessível às grandes massas é esta que irá amenizar a racionalidade da sociedade tecnológica, evitando que a essência do homem seja apenas *logos*. Segundo Freud, no processo de formação mental, a única faculdade capaz de ligar o inconsciente ao consciente, o princípio de prazer ao princípio de realidade, por meio de sonhos e divagações, é a fantasia, porém ela é condenada à inutilidade. Enquanto a consciência é socialmente útil para o progresso tecnológico, a fantasia é socialmente inútil, não apresenta função objetiva no mundo, a não ser através da arte. Como o id tem ligação com a memória da gratificação, a fantasia preserva a memória do passado dominado pelo princípio de prazer. Assim, para Marcuse, a arte, em oposição à realidade vigente, pode ser uma forma de libertação do princípio de desempenho. Podemos observar que o valor libertador da arte é reconhecido também por Freud.

A arte, com seu papel amenizar a exacerbada racionalidade e valorização do homem como instrumento apenas de trabalho e a própria transformação do trabalho são alternativas de mudança na sociedade que só se efetivam se considerarmos o caráter histórico do princípio de desempenho. É importante salientar identificação entre o caráter histórico das pulsões e a sua natureza, posto que o princípio de desempenho é semelhante ao princípio de realidade tal como pensado por Freud. O princípio de desempenho que impõe restrições aos instintos. Mas, como ele está ligado à sexualidade e às pulsões de morte, se as instituições do princípio de desempenho, com o processo histórico, se tornarem obsoletas, a própria organização repressiva das pulsões também se tornará obsoleta. A superação das imposições do princípio de desempenho e da mais-repressão poderia igualmente conduzir à superação da mais-repressão.

Uma demonstração de que as pulsões podem ser modificadas provém da afirmação de Freud de que “a luta pela existência forçou as pulsões a uma mudança em nome da sobrevivência, uma repressão em benefício da civilização” (FREUD, S. 1996, p.50). As pulsões são, pois, determinadas historicamente, não existe estrutura instintiva fora da estrutura histórica.

Vimos na exposição da teoria de Freud que o objetivo do instinto não é o final da vida, mas das tensões, da dor. O conflito entre Eros e Thanatos se reduz na medida em que eles possuem o mesmo objetivo, a saber, a gratificação. Nesta abordagem da *dialética da civilização*, o dualismo pulsional de Freud é adotado para argumentar que o futuro da humanidade depende da aptidão do homem para inverter a tendência basicamente repressiva da sociedade moderna. Como já vimos, essa tendência pode ser invertida na medida em que pulsões possam ser modificadas, para isso o princípio de realidade terá que se transformar, de modo que a mais-repressão seja eliminada.

Como proposta de pesquisa, adotaremos a hipótese inicial de que a análise freudiana que não permite a possibilidade de uma sociedade menos repressiva é estática, pois se prende ao contexto das obras de Freud de 1920. Entretanto, essas obras possibilitam interpretações como a de Marcuse que desenvolve conceitos mais adequados ao nosso atual contexto para argumentar que o futuro da humanidade pode ser mudado. Marcuse faz teoria crítica, portanto adota um de seus métodos principais, que é fazer o diagnóstico do tempo presente orientando-se sempre pela emancipação.

Bibliografia

- FREUD, S. *Abriss der Psychoanalyse das Unbehagen in der Kultur*. Frankfurt: Fischer Bucherei, 1958.
- _____. *Obras completas / Sigmund Freud ; ordenamiento, comentarios y notas de James Strachey con la colaboracion de Anna Freud, asistidos por Alix Strachey, Alan Tyson y Angela Richards ; traduccion de Jose L. Etcheverry –Buenos Aires : Amorrortu, c1976.*
- _____. *Obras Psicológicas Completas de Freud* , Tradução Jaime Salomão, Editora Standart brasileira, Imago, Rio de Janeiro, 1996.
- _____. *Além do Princípio de Prazer*. Editora Standart brasileira, Imago, Rio de Janeiro, 1996a.
- _____. *O Ego e o Id* . Tradução Jaime Salomão, Editora Standart brasileira, Imago, Rio de Janeiro, 1996b.
- _____. *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* . Tradução Jaime Salomão, Editora Standart brasileira, Imago, Rio de Janeiro, 1996c.
- _____. *Os Pensadores* . Tradução Jaime Salomão. Editora Abril Cultural, São Paulo, 1974.
- _____. *O Mal Estar na Civilização*. Tradução Jaime Salomão. Editora Abril Cultural, São Paulo, 1974a.
- _____. *O Futuro de Uma Ilusão*. Tradução Jaime Salomão. Editora Abril Cultural, São Paulo, 1974b.
- HOKHEIMER, M. *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- KELLNER, D. *Herbert Marcuse And The Crisis Of Marxism*. University of California Press-Berkeley – Los Angeles, 1984.
- LAPLANCHE, J.e PONTALIS, J. B. *Vocabulário de Psicanálise*. Ed.Martins Fontes. São Paulo, 2001.
- MARCUSE, H. *Eros e Civilização*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *Eros and Civilization: a philosophical inquiry into Freud*. Boston: Beacon, 1996d.

- _____ *Ideologia da Sociedade Industrial*. Tradução Giasone Rebuá, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1967.
- _____ *One-Dimensional Man: studies in the ideology of advanced industrial society*, Beacon Press Boston, 1964.
- _____ *Razão e Revolução: Hegel e o Avento da Teoria Social*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- _____ *Cultura e Sociedade* v. 1, Paz e Terra, São Paulo, 1997.
- _____ *Cultura e Sociedade* v. 2, Paz e Terra, São Paulo, 1998.
- MONZANI, L.R. *Freud, O Movimento de Um Pensamento*. 2. ed. CAMPINAS: EDUNICAMP, 1989.
- _____ *Desejo e prazer na idade moderna*. Campinas, SP : Unicamp, 1995.
- NICHOLSEN, W.S. "*The Accumulated Guilt Of Humankind* ": *On The Aesthetic in a Damaged World* .To be presented of Herbert Marcuse 's Eros and Civilization, May 17 – 20, 2005, Belo Horizonte, Brazil⁴
- NOBRE, M. . *A Teoria Crítica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. v. 1. 80
- _____ *Curso Livre de Teoria Crítica*. Campinas, Papyrus, 2008.
- ROUANET, S.P. *Teoria Crítica e Psicanálise* .Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.



⁴ Este texto não foi publicado, mas foi apresentado no Congresso Internacional Dimensão Estética - homenagem aos 50 anos de Eros e Civilização, Belo Horizonte, 2005.